

Edital 7/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2024	90123-ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-III ARARAQUARA	ARLETE MACIAS MARTINS DE JESUS	01/10/2024 13:54 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00126844/2024-88

1. Do objeto

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE ARARAQUARA - DRS III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024

(Processo Administrativo nº 024.00126844/2024-88)

UASG: 090123

OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/10/2024 às 09:30 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

MODO DE DISPUTA: aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Torna-se público que a Secretaria de Estado da Saúde, Coordenadoria de Regiões de Saúde, por meio do **Departamento Regional de Saúde de Araraquara - DRS III**, sediado na **Avenida Espanha nº 188, 3º, 4º e 5º andares - Centro - Araraquara - SP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto

Estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação, concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488 de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133 de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 3), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observando o disposto no §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observando o disposto no §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem 3.6.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucedará as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucedará as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no item 4.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no item 4.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondente ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 3.6.4, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda o disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado, nos itens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.5. Na hipótese de itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subdivisão acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.1.1. Na proposta de preços, deverá ser aplicado o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP de 21,53% sobre o Preço Fábrica – PF, resultando no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG, conforme a Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 12/03/2007, a Resolução CMED nº 3, de 02 de março de 2011, publicada no DOU de 09 de março de 2011 e a Resolução CMED nº 5, de 21 de dezembro de 2020, publicado no D.O.U de 23 de dezembro de 2020.

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% para o item.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a **desconexão do sistema eletrônico** para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5%** (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5** (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5%** (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. No formulário eletrônico de encaminhamento da proposta deverá ser anexado arquivo contendo:

a) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca, do prazo de validade do produto e apresentação/embalagem comercial do produto cotado, número do registro do medicamento na ANVISA (número completo com 13 (treze) dígitos, em conformidade com as especificações do termo de referência – Anexo I deste Edital;

b) Bula do medicamento quando for o caso, aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

c) Cópia da publicação em Diário Oficial da União ou da Resolução que concedeu o registro do objeto licitado, concedido pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde. Estando este documento com o registro vencido, deverão ser apresentadas cópias de todas as petições de revalidações devidamente protocolizadas, acompanhadas de cópia da publicação do registro vencido. A não apresentação do registro e/ou do pedido de revalidação do produto (protocolo e FP2) implicará na desclassificação da proposta em relação ao item cotado;

d) Cópia do D.O.U. de comprovante de isenção do registro em vigência, quando for o caso;

e) No caso de empresas em processo de transformação societária; (incorporação, fusão, cisão ou outra) e ou transferência de titularidade, sendo oferecido objeto cujo registro esteja em nome da empresa anterior, deverão ser expressamente indicados os números dos lotes as erem comercializados e respectiva validade;

f) Comprovante de aprovação do preço do produto pela CMED, nos termos da Lei n.º 10.742 /2003, ou de sua isenção, quando for o caso, devendo ser observadas as Resoluções da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED nº 3, de 04 de maio de 2009 e nº 1, de 14 de março de 2016, que dispõem que para vendas destinadas a entes da administração pública deverá ser praticado o teto de preços do Preço Fabricante - PF.

g) Declaração comprometendo-se a entregar os medicamentos com prazo de validade no ato da entrega de no mínimo 12 meses.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos subitens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. O disposto nos itens 8.9.1 e 8.13 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.3.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. O disposto no item 8.10 será **excepcionado** se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do item 8.10.1.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei nº 14.133, de 2021, art.64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. em exceção ao disposto no item 11.3.3, se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico através do Sistema SEI - Sistema Eletrônico de Informações.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1. 9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento

total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo (s) seguinte(s) meio(s): drs3-ralves@saude.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato **OU** emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.1.5.3. Registro no CAUFESP - Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo, que deverá ser realizado através do sistema da BEC - Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - BEC/SP.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto no subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I – Termo de Referência;

14.15.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

14.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões).

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Diretor Técnico de Saúde III

DRS III - Araraquara

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaborado o edital conforme deliberação. Segue para assinatura do Pregoeiro e autorização da Autoridade Competente.

RENAN ALVES

Subscritor



Assinou eletronicamente em 01/10/2024 às 11:04:06.

Despacho: Servidor designado conforme Portaria nº 001/2024 - Comissão de Contratação.

ARLETE MACIAS MARTINS DE JESUS

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 01/10/2024 às 13:09:05.

Despacho: Autorizado. Devolva-se ao setor de contratações para prosseguimento.

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 01/10/2024 às 13:54:15.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA 62-2024.pdf (1.44 MB)
- Anexo II - ANEXO I.1 - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR 25-2024.pdf (510.35 KB)
- Anexo III - ANEXO II - Resolucao SS-65 DE 01-04-2024.pdf (130.01 KB)
- Anexo IV - ANEXO III - PLANILHA DE PROPOSTA.pdf (157.39 KB)
- Anexo V - ANEXO IV - MODELO DE DECLARACAO.pdf (6.66 KB)

**Anexo I - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA 62-2024.
pdf**

Termo de Referência 62/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2024	90123-ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-III ARARAQUARA	ARLETE MACIAS MARTINS DE JESUS	23/09/2024 17:22 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00126844/2024-88

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **medicamentos para atendimento de ações judiciais**, nos termos do da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CÓDIGO SIAFISICO	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	METILFENIDATO, CLORIDRATO 5 4 M G , COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS.	1883917	308225	UNIDADE	990	8,35	8.266,50
2	METILFENIDATO, CLORIDRATO 1 8 M G , COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS.	1883895	308224	UNIDADE	360	6,14	2.210,40

3	METILFENIDATO, CLORIDRATO 36 MG, COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS.	1883909	308226	UNIDADE	810	8,34	6.755,40
---	--	---------	--------	---------	-----	------	----------

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste termo de referência, prevalecem as disposições deste termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei 14.133 de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

Subcontratação

1.4. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da aquisição visa o atendimento das ações judiciais cadastradas no Sistema CODES, as quais se não atendidas poderão ocasionar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à saúde dos pacientes, bem como comprometer a continuidade do seu tratamento, além de haver risco iminente de imposição de penalidades ao Estado e a seus servidores tais como multa diária, bloqueio e sequestros de verbas públicas e responsabilização por crime de desobediência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das marcas disponíveis no mercado, cujas características estejam de acordo com a especificação detalhada.

4.3. Na proposta de preço, deverá ser aplicado o Coeficiente de Adequação de Preços - CAP, de **21,53%** por se tratar de medicamento para atendimento de Ação Judicial.

Da exigência de Amostras

4.4. Não será exigida amostras.

Garantia da contratação

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Departamento Regional de Saúde - DRS III - Araraquara, localizado na Avenida Espanha, nº 188 - 3º andar - Centro - CEP: 14.801-130, telefone: (16) 3301-1874, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 16:00 horas - Setor de Suprimento.**

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II)

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesas cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que *pertine* à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético -profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1 O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, *[e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor se considere isento ou imune dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.25.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.26. Dispensada a exigência do Balanço Patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com base no artigo 70, inciso III da Lei 14.133/21.

Qualificação Técnica

8.27. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional - Conselho Regional de Farmácia - CRF, em plena validade;

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.28. Bula do medicamento quando for o caso, aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

8.29. Cópia do registro do objeto licitado concedido pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde. Estando o registro vencido, deverá ser apresentada cópia da petição de revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro vencido e/ou do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação da proposta em relação ao item cotado; e,

8.30. Cópia do comprovante de isenção, quando for o caso.

8.31. Declaração, subscrita por seu representante legal, comprometendo-se a apresentar, se vencedor, por ocasião da retirada da nota de empenho:

a) Licença para o funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado (Atualizada) e, no caso de renovação e esta não houver sido deferida, tempestivamente, será apresentado o protocolo do pedido, formulado no prazo, acompanhado da licença anterior, correspondente ao último exercício;

b) Autorização para o funcionamento, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (Atualizada);

c) Cópia da Autorização Especial, para os casos em que a licitante - matriz e/ou filial - cotar preço para os medicamentos sujeitos a controle especial, medicamentos relacionados na Portaria SVS/MS nº 344/98, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

c.1) A licitante que for empresa distribuidora dos medicamentos relacionados na citada Portaria SVS/MS nº 344/98, também deverá declarar que reúne condições de apresentar, se vencedor e quando reputado oportuno pela Administração, cópia da Autorização Especial da empresa titular do registro, inclusive da filial, se for o caso.

8.32. Declaração, subscrita por seu representante legal, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da entrega dos produtos:

a) Laudo Analítico Laboratorial, que comprove a identidade

b) Os produtos em embalagens adequadas, entendendo-se como tal aquelas que acondicionam devidamente o produto em frascos de vidro ou plástico, fitas aluminizadas, blister, envelopes ou outros acondicionamentos similares, que correspondam efetivamente à apresentação do produto registrado no Ministério da Saúde;

c) Os produtos em cumprimento ao disposto na Resolução SS – 300, de 17/05/94, contendo em suas embalagens, de forma visível, os seguintes dizeres: “PRODUTO DESTINADO ÀS ENTIDADES PÚBLICAS. PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO”, bem como estar acompanhados de bula e referência ao número do lote. Deverão ainda, em cumprimento à legislação sanitária, estar de acordo com o disposto na Resolução RDC, nº 71/2009, de 22/12/2009, que estabelece regras para a rotulagem de medicamentos.

1.

1.1.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 17.232,30

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 17.232,30** (Dezessete mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **090123**

II) Fonte de Recursos: **165910001**

III) Programa de trabalho: **10303093064590000- 090215**

IV) Elemento de despesa: **33903035**

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: À DRS III-D, para aprovação.

ARLETE MACIAS MARTINS DE JESUS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 23/09/2024 às 16:26:56.

Despacho: Aprovado. Devolva-se ao setor de contratações para prosseguimento.

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/09/2024 às 17:22:01.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA DE COMPRA.pdf (120.68 KB)
- Anexo II - LISTA DE AUTORES - METILFENIDATO (1).pdf (191.79 KB)
- Anexo III - 2- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR 25-2024 OK.pdf (510.35 KB)
- Anexo IV - 1- DOCUMENTO DE FORMALIZACAO DE DEMANDA 106-2024.pdf (370.38 KB)

Anexo I - PLANILHA DE COMPRA.pdf

DEMANDA AÇÃO JUDICIAL / SEI: 024.00126844/2024-88

ITEM	CÓDIGO	MEDICAMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	FORNECEDOR	DEMANDA	CONSUMO MENSAL	PERÍODO COMPRA	NECESSIDADE	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR ESTIMADO (R\$)	DFD N°
1	1N00749/07/12378/01/00	metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883917	308225	CONCERTA 54 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	11	330	3	990	8,35	8266,50	106/2024
3	1N00749/07/12377/01/00	metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883895	308224	CONCERTA 18 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	4	120	3	360	6,144	2211,84	
7	1N00749/06/10110/01/00	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA	1883909	308226	CONCERTA 36 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	9	270	3	810	8,35	6763,50	
TOTAL (R\$)												17952,93		

**Anexo II - LISTA DE AUTORES - METILFENIDATO (1).
pdf**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES
LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 11

Data de impressão: 24/07/2024 16:14:20

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Cite. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Edison de Jesus	53	CPF:091.256.248-06	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	13/12/2022	N: 1001997122022826 0040	N: 202296370
EDSON EDUARDO ALVES DE JESUS	24	CPF:475.519.228-57	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	08/12/2022	N: 1001996272022826 0040	N: 202296381
Eduardo Agustoni Vicentini	9	CPF:496.655.288-58	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	18/08/2021	N: 1008342372021826 0037	N: 202156855
Gabriel Henrique Bueno Baptista	12	CPF:527.433.948-46	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	29/06/2022	N: 1000739412022826 0274	N: 202247766
Henrique Galatti Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 0013561632012826 0619	N: 0010203000030201 3
Kelvin Miguel dos Santos	19	RG:ND	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	09/11/2012	N: 0916206362012826 0037	N: 0010203001536201 2
Leonardo Ramos da Silva	26	CPF:181.007.688-97	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/08/2010	N: 12412010	N: 0010203000660201 0
Luciana Mendes Borges	53	CPF:149.466.898-00	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/02/2016	N: 1001225682016826 0037	N: 0010203000238201 6
Nicolas Martins Carvalho	13	CPF:442.571.368-04	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/04/2019	N: 1000038272019826 0067	N: 8294852019
Vitor Gabriel Stuchi	13	CPF:472.452.918-02	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/09/2018	N: 1002405362018826 0236	N: 0010203001158201 8
Wendell Anselmo Prado	27	CPF:417.366.208-43	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	16/05/2011	N: 4272011	N: 001020300039111

Filtros Utilizados
Data Início - 01/01/2000
Data Fim - 24/07/2024
Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000
Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024
Status do Item - Ativo
Item - 1N00749/0712378/01/00 - metilfenilato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA
Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara
Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara
Tipo de Demanda - Judicial
Autonomia: 0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES
LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 4

Data de Impressão: 24/07/2024 16:17:03

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Cide Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Henrique Galati Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 0013561632012826 0619	N: 001020300030201 3
Otávio Viana de Souza	9	CPF:489.836.008-45	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	24/11/2023	N: 1002560212023826 0347	N: 0240016153620231 8
Pedro Gabriel Cavalcante Farias Barcellos	10	CPF:477.374.718-80	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	14/12/2022	N: 1015210942022826 0037	N: 202297439
Regina Célia Tusillo	76	CNS:898001001679 751	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	27/11/2012	N: 78902012	N: 0010203001568201 2

Filtros Utilizados
Data Início - 01/01/2000
Data Fim - 24/07/2024
Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000
Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024
Status do Item - Ativo
Item - 1N00749/0712377/01/00 - metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA
Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara
Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara
Tipo de Demanda - Judicial
Autonomia: 0,00

**Anexo III - 2- ESTUDO TECNICO PRELIMINAR 25-2024
OK.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 25/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição visa o atendimento das demandas judiciais cadastradas no Sistema SCODES, as quais se não atendidas poderão ocasionar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à saúde dos pacientes, bem como comprometer a continuidade do seu tratamento, além de haver risco iminente de imposição de penalidades ao Estado e a seus servidores, tais como multa diária, bloqueio e sequestros de verbas públicas e responsabilização por crime de desobediência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Assistência Farmacêutica - Ação Judicial	TATIANE MARTINS MELHADO (Farmacêutico Responsável - AJ)

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Na presente contratação será admitida proposta com as marcas disponíveis no mercado, com entrega do produto em parcela única, cuja contratação será através de Pregão Eletrônico com fundamento na Lei Federal 14.133/2021.
- 4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. O levantamento de mercado, foi realizado com base na Lista de Preços da CMED, mediante consulta do preço fábrica - preço máximo de venda ao governo (PMVG).
- 5.2. Posteriormente será realizada a Pesquisa de Preços pelo Setor de Contratações.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. Conforme preconiza o Ministério da Saúde, os medicamentos são produtos que podem ser utilizados na prevenção, diagnóstico, tratamento das doenças e/ou no alívio dos sintomas, restabelecendo a saúde dos pacientes.
- 6.2. Regularização do estoque para que não haja interrupção nos atendimentos.
- 6.3. O objeto a ser contratado é para atendimento de 42 demandas judiciais, conforme Listagem de Autores - CODES, cujo documento encontra-se anexado no Documento de Formalização de Demanda 106/2024.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade foi obtida de acordo com as demandas cadastradas no sistema SCODES, para um período de 03 (três) meses, em conformidade com o Documento de Formalização de Demanda nº 106/2024.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	CMM	QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA
1	Metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA, caixa com 30 comprimidos	Unidade	1883917	308225	330	990
2	Metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA, caixa com 30 comprimidos	Unidade	1883895	308224	120	360
	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação	Unidade	1883909	308226	270	810

prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA, caixa com 30 comprimidos					
--	--	--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 17.241,84

O valor total estimado inicialmente da contratação, importa em **R\$ 17.241,84** (Dezessete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não é viável o parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não existem contratações correlatas nem interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Setor de Planejamento de Compras - NAFOI, com base no Sistema SCODES, faz o levantamento da necessidade a ser adquirida de acordo com a quantidade das demandas cadastradas, com posterior encaminhamento ao setor de contratação para a realização da licitação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. É imperativo que as demandas judiciais sejam atendidas conforme as determinações do Sistema SCODES.

O cumprimento adequado das ordens judiciais garantirá:

Redução dos Agravos à Saúde: Atendendo prontamente às demandas, evitamos a deterioração da saúde dos pacientes, assegurando a eficácia dos tratamentos prescritos.

Continuidade do Tratamento: Garantimos que os pacientes não sofram interrupções em seus tratamentos, o que é crucial para a recuperação e manutenção da saúde.

Prevenção de Penalidades: Ao cumprir rigorosamente as determinações judiciais, evitamos multas diárias, bloqueios e sequestros de verbas públicas, além de afastar a possibilidade de responsabilização criminal por desobediência.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Controle, monitoramento e reposição dos estoques dos medicamentos.

13.2. De acordo com a necessidade, solicitar a compra para atendimento dos pacientes, para que não haja desabastecimento, ou quebra de rotina de atendimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há risco de impacto ambiental, tendo em vista que há controle da dispensação do(s) medicamento(s) e, após a dispensação ao(s) paciente(s), ficará sob sua responsabilidade o acondicionamento e descarte das embalagens do produto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

É viável a aquisição do(s) medicamento(s), tendo em vista a necessidade de cumprimento dos atendimentos de Demandas Judiciais, assegurando a continuidade do tratamento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: À DRS III-D, para autorização da aquisição

TATIANE MARTINS MELHADO

Responsável pela Ação Judicial.



Assinou eletronicamente em 23/09/2024 às 09:38:41.

Despacho: Autorizo. Encaminhe-se ao setor de contratações para providências.

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/09/2024 às 15:19:45.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1- DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA 106-2024.pdf (370.38 KB)

**Anexo I - 1- DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE
DEMANDA 106-2024.pdf**

Documento de Formalização de Demanda 106/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
106/2024	90123-ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-III ARARAQUARA	EMERSON ALVES DE SOUZA	13/09/2024 11:44 (v 2.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00126844/2024-88

Informações preliminares

REQUISITANTE:

Órgão:

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS III DE ARARAQUARA

Setor Requiritante (Unidade/Setor/Departamento):

DRS III - NAFOI

Responsável pela demanda: Emerson Alves de Souza

Matricula: 276.223.858-75

E-mail: EASouza@saude.sp.gov.br

Telefone: (16)3301-1822

DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

01/11/2024

PREVISÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

O fornecimento do objeto deve ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Alta

1. Descrição sucinta do objeto

1.1 Aquisição de medicamento para atender Ação Judicial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DEMANDA AÇÃO JUDICIAL / SEI: 024.00126844/2024-88								
ITEM	MEDICAMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO COMPRA	NECESSIDADE	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883917	308225	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	990	8,35	8266,50
2	metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883895	308224	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	360	6,144	2211,84
3	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA	1883909	308226	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	810	8,35	6763,50
						TOTAL (R\$)		17.241,84

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 17.241,84**(Dezesete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

2. Justificativa da necessidade

2.1. A aquisição em questão se faz necessária para atendimento de demandas de Ações Judiciais.

3. Estimativa de quantidade e valores

3.1. A estimativa da quantidade e valor da contratação está prevista no campo 1. Descrição sucinta do objeto, cujo valor total estimado é de **R\$ 17.241,84**(Dezesete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), para o período de 90 (noventa) dias.

4. Vinculação ou dependência com outro DFD

4.1. A execução deste DFD não tem dependência prévia com execução de outro DFD.

5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Tendo em vista a necessidade de aquisição do medicamento SEM ATA E SEM MARCA, descrito em planilha campo 1 para atender demandas de AÇÕES JUDICIAIS. Encaminha-se ao DRS III-D para autorização.

EMERSON ALVES DE SOUZA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/09/2024 às 14:17:02.

Despacho: Considerando a necessidade de reposição do medicamento relacionado na planilha campo 1, AUTORIZO o processo de compra para atendimento de pacientes, ENCAMINHE-SE AO NFSGC PARA PROSSEGUIMENTO.

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/09/2024 às 11:44:29.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA.pdf (130.4 KB)
- Anexo II - Lista de autores.pdf (116.4 KB)

Anexo I - PLANILHA.pdf

DEMANDA AÇÃO JUDICIAL / SEI: 024.00126844/2024-88

ITEM	CÓDIGO	MEDICAMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	FORNECEDOR	DEMANDA	CONSUMO MENSAL	PERÍODO COMPRA	NECESSIDADE	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR ESTIMADO (R\$)	DFD N°
1	1N00749/07/12378/01/00	metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883917	308225	CONCERTA 54 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	11	330	3	990	8,35	8266,50	106/2024
3	1N00749/07/12377/01/00	metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883895	308224	CONCERTA 18 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	4	120	3	360	6,144	2211,84	
7	1N00749/06/10110/01/00	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA	1883909	308226	CONCERTA 36 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	9	270	3	810	8,35	6763,50	
TOTAL (R\$)												17952,93		

Anexo II - Lista de autores.pdf

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 11

Data de impressão: 24/07/2024 16:14:20

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Edison de Jesus	53	CPF:091.256.248-06	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	13/12/2022	N: 10019971220228260040	N: 202296370
EDSON EDUARDO ALVES DE JESUS	24	CPF:475.519.228-57	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	08/12/2022	N: 10019962720228260040	N: 202296381
Eduardo Agustoni Vicentini	9	CPF:496.655.288-58	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	18/08/2021	N: 10083423720218260037	N: 202156855
Gabriel Henrique Bueno Baptista	12	CPF:527.433.948-46	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	29/06/2022	N: 10007394120228260274	N: 202247766
Henrique Galatti Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 00135616320128260619	N: 00102030000302013
Kelvin Miguel dos Santos	19	RG:ND	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	09/11/2012	N: 09162063620128260037	N: 00102030015362012
Leonardo Ramos da Silva	26	CPF:181.007.688-97	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/08/2010	N: 12412010	N: 00102030006602010
Luciana Mendes Borges	53	CPF:149.466.898-00	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/02/2016	N: 10012256820168260037	N: 00102030002382016
Nicolas Martins Carvalho	13	CPF:442.571.368-04	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/04/2019	N: 10000382720198260067	N: 8294852019
Vitor Gabriel Stuchi	13	CPF:472.452.918-02	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/09/2018	N: 10024053620188260236	N: 00102030011582018
Wendell Anselmo Prado	27	CPF:417.366.208-43	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	16/05/2011	N: 4272011	N: 001020300039111

Filtros Utilizados

Data Início - 01/01/2000

Data Fim - 24/07/2024

Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000

Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024

Status do Item - Ativo

Item - 1N00749/07/12378/01/00 - metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA

Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara

Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara

Tipo de Demanda - Judicial

Autonomia: 0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 4

Data de impressão: 24/07/2024 16:17:03

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Henrique Galatti Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 00135616320128260619	N: 00102030000302013
Otavio Viana de Souza	9	CPF:489.836.008-45	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	24/11/2023	N: 10025602120238260347	N: 02400161536202318
Pedro Gabriel Cavalcante Farias Barcellos	10	CPF:477.374.718-80	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	14/12/2022	N: 10152109420228260037	N: 202297439
Regina Célia Tusillo	76	CNS:898001001679751	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	27/11/2012	N: 78902012	N: 00102030015682012

Filtros Utilizados
Data Início - 01/01/2000
Data Fim - 24/07/2024
Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000
Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024
Status do Item - Ativo
Item - 1N00749/07/12377/01/00 - metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA
Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara
Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara
Tipo de Demanda - Judicial
Autonomia: 0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 9

Data de impressão: 24/07/2024 16:19:11

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Arthur Gabriel Silva	15	CNS:898003903141781	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	28/11/2019	N: 10118722020198260037	N: 201907567
Davi Araujo Sousa	16	CPF:477.786.628-92	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	16/11/2023	N: 15167522120238260566	N: 02400159454202311
Elisa Miranda Palma	7	CPF:516.678.058-27	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	20/05/2024	N: 10017362820248260347	N: 02400079512202405
Gabriel Henrique Veronezi Runho	14	CPF:471.525.038-18	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	06/10/2017	N: 10124002520178260037	N: 00102030013832017
Itamar Aguiar Tavares da Paz	45	CPF:278.429.768-30	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/07/2023	N: 10059159620238260037	N: 02400037936202311
Maria Eduarda Maximo Silveira	13	CPF:517.037.478-01	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	23/05/2018	N: 10037071820188260037	N: 00102030006142018
Nicolas Oliveira Goulart	12	CPF:501.981.268-40	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	28/02/2024	N: 10174745020238260037	N: 02400012765202491
Suellen Laureano dos Santos	15	CPF:538.371.208-99	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	24/10/2022	N: 10111642720228260566	N: 202282312
Zoeh Narrimam Leite do Carmo	10	CPF:490.882.398-78	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	17/04/2024	N: 10011846320248260347	N: 02400062351202411

Filtros Utilizados

Data Início - 01/01/2000

Data Fim - 24/07/2024

Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000

Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024

Status do Item - Ativo

Item - 1N00749/06/10110/01/00 - metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA

Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara

Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara

Tipo de Demanda - Judicial

Autonomia: 0,00

**Anexo IV - 1- DOCUMENTO DE FORMALIZACAO DE
DEMANDA 106-2024.pdf**

Documento de Formalização de Demanda 106/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
106/2024	90123-ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-III ARARAQUARA	EMERSON ALVES DE SOUZA	13/09/2024 11:44 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00126844/2024-88

Informações preliminares

REQUISITANTE:

Órgão:

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS III DE ARARAQUARA

Setor Requiritante (Unidade/Setor/Departamento):

DRS III - NAFOI

Responsável pela demanda: Emerson Alves de Souza

Matricula: 276.223.858-75

E-mail: EASouza@saude.sp.gov.br

Telefone: (16)3301-1822

DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

01/11/2024

PREVISÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

O fornecimento do objeto deve ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Alta

1. Descrição sucinta do objeto

1.1 Aquisição de medicamento para atender Ação Judicial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DEMANDA AÇÃO JUDICIAL / SEI: 024.00126844/2024-88								
ITEM	MEDICAMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO COMPRA	NECESSIDADE	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883917	308225	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	990	8,35	8266,50
2	metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883895	308224	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	360	6,144	2211,84
3	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA	1883909	308226	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	810	8,35	6763,50
						TOTAL (R\$)		17.241,84

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 17.241,84**(Dezessete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

2. Justificativa da necessidade

2.1. A aquisição em questão se faz necessária para atendimento de demandas de Ações Judiciais.

3. Estimativa de quantidade e valores

3.1. A estimativa da quantidade e valor da contratação está prevista no campo 1. Descrição sucinta do objeto, cujo valor total estimado é de **R\$ 17.241,84**(Dezesete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), para o período de 90 (noventa) dias.

4. Vinculação ou dependência com outro DFD

4.1. A execução deste DFD não tem dependência prévia com execução de outro DFD.

5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Tendo em vista a necessidade de aquisição do medicamento SEM ATA E SEM MARCA, descrito em planilha campo 1 para atender demandas de AÇÕES JUDICIAIS. Encaminha-se ao DRS III-D para autorização.

EMERSON ALVES DE SOUZA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/09/2024 às 14:17:02.

Despacho: Considerando a necessidade de reposição do medicamento relacionado na planilha campo 1, AUTORIZO o processo de compra para atendimento de pacientes, ENCAMINHE-SE AO NFSGC PARA PROSSEGUIMENTO.

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/09/2024 às 11:44:29.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA.pdf (130.4 KB)
- Anexo II - Lista de autores.pdf (116.4 KB)

Anexo I - PLANILHA.pdf

DEMANDA AÇÃO JUDICIAL / SEI: 024.00126844/2024-88

ITEM	CÓDIGO	MEDICAMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	FORNECEDOR	DEMANDA	CONSUMO MENSAL	PERÍODO COMPRA	NECESSIDADE	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR ESTIMADO (R\$)	DFD N°
1	1N00749/07/12378/01/00	metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883917	308225	CONCERTA 54 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	11	330	3	990	8,35	8266,50	106/2024
3	1N00749/07/12377/01/00	metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883895	308224	CONCERTA 18 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	4	120	3	360	6,144	2211,84	
7	1N00749/06/10110/01/00	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA	1883909	308226	CONCERTA 36 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	9	270	3	810	8,35	6763,50	
TOTAL (R\$)												17952,93		

Anexo II - Lista de autores.pdf

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 11

Data de impressão: 24/07/2024 16:14:20

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Edison de Jesus	53	CPF:091.256.248-06	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	13/12/2022	N: 10019971220228260040	N: 202296370
EDSON EDUARDO ALVES DE JESUS	24	CPF:475.519.228-57	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	08/12/2022	N: 10019962720228260040	N: 202296381
Eduardo Agustoni Vicentini	9	CPF:496.655.288-58	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	18/08/2021	N: 10083423720218260037	N: 202156855
Gabriel Henrique Bueno Baptista	12	CPF:527.433.948-46	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	29/06/2022	N: 10007394120228260274	N: 202247766
Henrique Galatti Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 00135616320128260619	N: 00102030000302013
Kelvin Miguel dos Santos	19	RG:ND	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	09/11/2012	N: 09162063620128260037	N: 00102030015362012
Leonardo Ramos da Silva	26	CPF:181.007.688-97	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/08/2010	N: 12412010	N: 00102030006602010
Luciana Mendes Borges	53	CPF:149.466.898-00	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/02/2016	N: 10012256820168260037	N: 00102030002382016
Nicolas Martins Carvalho	13	CPF:442.571.368-04	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/04/2019	N: 10000382720198260067	N: 8294852019
Vitor Gabriel Stuchi	13	CPF:472.452.918-02	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/09/2018	N: 10024053620188260236	N: 00102030011582018
Wendell Anselmo Prado	27	CPF:417.366.208-43	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	16/05/2011	N: 4272011	N: 001020300039111

Filtros Utilizados

Data Início - 01/01/2000

Data Fim - 24/07/2024

Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000

Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024

Status do Item - Ativo

Item - 1N00749/07/12378/01/00 - metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA

Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara

Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara

Tipo de Demanda - Judicial

Autonomia: 0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 4

Data de impressão: 24/07/2024 16:17:03

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Henrique Galatti Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 00135616320128260619	N: 00102030000302013
Otavio Viana de Souza	9	CPF:489.836.008-45	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	24/11/2023	N: 10025602120238260347	N: 02400161536202318
Pedro Gabriel Cavalcante Farias Barcellos	10	CPF:477.374.718-80	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	14/12/2022	N: 10152109420228260037	N: 202297439
Regina Célia Tusillo	76	CNS:898001001679751	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	27/11/2012	N: 78902012	N: 00102030015682012

Filtros Utilizados
Data Início - 01/01/2000
Data Fim - 24/07/2024
Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000
Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024
Status do Item - Ativo
Item - 1N00749/07/12377/01/00 - metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA
Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara
Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara
Tipo de Demanda - Judicial
Autonomia: 0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 9

Data de impressão: 24/07/2024 16:19:11

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Arthur Gabriel Silva	15	CNS:898003903141781	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	28/11/2019	N: 10118722020198260037	N: 201907567
Davi Araujo Sousa	16	CPF:477.786.628-92	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	16/11/2023	N: 15167522120238260566	N: 02400159454202311
Elisa Miranda Palma	7	CPF:516.678.058-27	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	20/05/2024	N: 10017362820248260347	N: 02400079512202405
Gabriel Henrique Veronezi Runho	14	CPF:471.525.038-18	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	06/10/2017	N: 10124002520178260037	N: 00102030013832017
Itamar Aguiar Tavares da Paz	45	CPF:278.429.768-30	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/07/2023	N: 10059159620238260037	N: 02400037936202311
Maria Eduarda Maximo Silveira	13	CPF:517.037.478-01	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	23/05/2018	N: 10037071820188260037	N: 00102030006142018
Nicolas Oliveira Goulart	12	CPF:501.981.268-40	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	28/02/2024	N: 10174745020238260037	N: 02400012765202491
Suellen Laureano dos Santos	15	CPF:538.371.208-99	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	24/10/2022	N: 10111642720228260566	N: 202282312
Zoeh Narrimam Leite do Carmo	10	CPF:490.882.398-78	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	17/04/2024	N: 10011846320248260347	N: 02400062351202411

Filtros Utilizados

Data Início - 01/01/2000

Data Fim - 24/07/2024

Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000

Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024

Status do Item - Ativo

Item - 1N00749/06/10110/01/00 - metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA

Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara

Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara

Tipo de Demanda - Judicial

Autonomia: 0,00

**Anexo II - ANEXO I.1 - ESTUDO TECNICO
PRELIMINAR 25-2024.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 25/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição visa o atendimento das demandas judiciais cadastradas no Sistema SCODES, as quais se não atendidas poderão ocasionar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à saúde dos pacientes, bem como comprometer a continuidade do seu tratamento, além de haver risco iminente de imposição de penalidades ao Estado e a seus servidores, tais como multa diária, bloqueio e sequestros de verbas públicas e responsabilização por crime de desobediência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Assistência Farmacêutica - Ação Judicial	TATIANE MARTINS MELHADO (Farmacêutico Responsável - AJ)

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Na presente contratação será admitida proposta com as marcas disponíveis no mercado, com entrega do produto em parcela única, cuja contratação será através de Pregão Eletrônico com fundamento na Lei Federal 14.133/2021.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. O levantamento de mercado, foi realizado com base na Lista de Preços da CMED, mediante consulta do preço fábrica - preço máximo de venda ao governo (PMVG).
- 5.2. Posteriormente será realizada a Pesquisa de Preços pelo Setor de Contratações.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. Conforme preconiza o Ministério da Saúde, os medicamentos são produtos que podem ser utilizados na prevenção, diagnóstico, tratamento das doenças e/ou no alívio dos sintomas, restabelecendo a saúde dos pacientes.
- 6.2. Regularização do estoque para que não haja interrupção nos atendimentos.
- 6.3. O objeto a ser contratado é para atendimento de 42 demandas judiciais, conforme Listagem de Autores - CODES, cujo documento encontra-se anexado no Documento de Formalização de Demanda 106/2024.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade foi obtida de acordo com as demandas cadastradas no sistema SCODES, para um período de 03 (três) meses, em conformidade com o Documento de Formalização de Demanda nº 106/2024.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	CMM	QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA
1	Metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA, caixa com 30 comprimidos	Unidade	1883917	308225	330	990
2	Metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA, caixa com 30 comprimidos	Unidade	1883895	308224	120	360
	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação	Unidade	1883909	308226	270	810

prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA, caixa com 30 comprimidos					
--	--	--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 17.241,84

O valor total estimado inicialmente da contratação, importa em **R\$ 17.241,84** (Dezessete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não é viável o parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não existem contratações correlatas nem interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Setor de Planejamento de Compras - NAFOI, com base no Sistema SCODES, faz o levantamento da necessidade a ser adquirida de acordo com a quantidade das demandas cadastradas, com posterior encaminhamento ao setor de contratação para a realização da licitação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. É imperativo que as demandas judiciais sejam atendidas conforme as determinações do Sistema SCODES.

O cumprimento adequado das ordens judiciais garantirá:

Redução dos Agravos à Saúde: Atendendo prontamente às demandas, evitamos a deterioração da saúde dos pacientes, assegurando a eficácia dos tratamentos prescritos.

Continuidade do Tratamento: Garantimos que os pacientes não sofram interrupções em seus tratamentos, o que é crucial para a recuperação e manutenção da saúde.

Prevenção de Penalidades: Ao cumprir rigorosamente as determinações judiciais, evitamos multas diárias, bloqueios e sequestros de verbas públicas, além de afastar a possibilidade de responsabilização criminal por desobediência.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Controle, monitoramento e reposição dos estoques dos medicamentos.

13.2. De acordo com a necessidade, solicitar a compra para atendimento dos pacientes, para que não haja desabastecimento, ou quebra de rotina de atendimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há risco de impacto ambiental, tendo em vista que há controle da dispensação do(s) medicamento(s) e, após a dispensação ao(s) paciente(s), ficará sob sua responsabilidade o acondicionamento e descarte das embalagens do produto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

É viável a aquisição do(s) medicamento(s), tendo em vista a necessidade de cumprimento dos atendimentos de Demandas Judiciais, assegurando a continuidade do tratamento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: À DRS III-D, para autorização da aquisição

TATIANE MARTINS MELHADO

Responsável pela Ação Judicial.



Assinou eletronicamente em 23/09/2024 às 09:38:41.

Despacho: Autorizo. Encaminhe-se ao setor de contratações para providências.

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/09/2024 às 15:19:45.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1- DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA 106-2024.pdf (370.38 KB)

**Anexo I - 1- DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE
DEMANDA 106-2024.pdf**

Documento de Formalização de Demanda 106/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
106/2024	90123-ESP-DEPTO.REG.SAUDE DRS-III ARARAQUARA	EMERSON ALVES DE SOUZA	13/09/2024 11:44 (v 2.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		024.00126844/2024-88

Informações preliminares

REQUISITANTE:

Órgão:

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE - DRS III DE ARARAQUARA

Setor Requiritante (Unidade/Setor/Departamento):

DRS III - NAFOI

Responsável pela demanda: Emerson Alves de Souza

Matricula: 276.223.858-75

E-mail: EASouza@saude.sp.gov.br

Telefone: (16)3301-1822

DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

01/11/2024

PREVISÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

O fornecimento do objeto deve ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Alta

1. Descrição sucinta do objeto

1.1 Aquisição de medicamento para atender Ação Judicial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DEMANDA AÇÃO JUDICIAL / SEI: 024.00126844/2024-88								
ITEM	MEDICAMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO COMPRA	NECESSIDADE	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883917	308225	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	990	8,35	8266,50
2	metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883895	308224	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	360	6,144	2211,84
3	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA	1883909	308226	COMPRIMIDO R3EVESTIDO	3	810	8,35	6763,50
						TOTAL (R\$)		17.241,84

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 17.241,84**(Dezessete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

2. Justificativa da necessidade

2.1. A aquisição em questão se faz necessária para atendimento de demandas de Ações Judiciais.

3. Estimativa de quantidade e valores

3.1. A estimativa da quantidade e valor da contratação está prevista no campo 1. Descrição sucinta do objeto, cujo valor total estimado é de **R\$ 17.241,84**(Dezesete mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), para o período de 90 (noventa) dias.

4. Vinculação ou dependência com outro DFD

4.1. A execução deste DFD não tem dependência prévia com execução de outro DFD.

5. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Tendo em vista a necessidade de aquisição do medicamento SEM ATA E SEM MARCA, descrito em planilha campo 1 para atender demandas de AÇÕES JUDICIAIS. Encaminha-se ao DRS III-D para autorização.

EMERSON ALVES DE SOUZA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 12/09/2024 às 14:17:02.

Despacho: Considerando a necessidade de reposição do medicamento relacionado na planilha campo 1, AUTORIZO o processo de compra para atendimento de pacientes, ENCAMINHE-SE AO NFSGC PARA PROSSEGUIMENTO.

ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/09/2024 às 11:44:29.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA.pdf (130.4 KB)
- Anexo II - Lista de autores.pdf (116.4 KB)

Anexo I - PLANILHA.pdf

DEMANDA AÇÃO JUDICIAL / SEI: 024.00126844/2024-88

ITEM	CÓDIGO	MEDICAMENTO	SIAFÍSICO	CATMAT	REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	FORNECEDOR	DEMANDA	CONSUMO MENSAL	PERÍODO COMPRA	NECESSIDADE	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR ESTIMADO (R\$)	DFD N°
1	1N00749/07/12378/01/00	metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883917	308225	CONCERTA 54 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	11	330	3	990	8,35	8266,50	106/2024
3	1N00749/07/12377/01/00	metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA	1883895	308224	CONCERTA 18 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	4	120	3	360	6,144	2211,84	
7	1N00749/06/10110/01/00	metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA	1883909	308226	CONCERTA 36 MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS OPC X 30	COMPRIMIDO REVESTIDO	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA	9	270	3	810	8,35	6763,50	
TOTAL (R\$)												17952,93		

Anexo II - Lista de autores.pdf

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 11

Data de impressão: 24/07/2024 16:14:20

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Edison de Jesus	53	CPF:091.256.248-06	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	13/12/2022	N: 10019971220228260040	N: 202296370
EDSON EDUARDO ALVES DE JESUS	24	CPF:475.519.228-57	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	08/12/2022	N: 10019962720228260040	N: 202296381
Eduardo Agustoni Vicentini	9	CPF:496.655.288-58	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	18/08/2021	N: 10083423720218260037	N: 202156855
Gabriel Henrique Bueno Baptista	12	CPF:527.433.948-46	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	29/06/2022	N: 10007394120228260274	N: 202247766
Henrique Galatti Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 00135616320128260619	N: 00102030000302013
Kelvin Miguel dos Santos	19	RG:ND	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	09/11/2012	N: 09162063620128260037	N: 00102030015362012
Leonardo Ramos da Silva	26	CPF:181.007.688-97	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/08/2010	N: 12412010	N: 00102030006602010
Luciana Mendes Borges	53	CPF:149.466.898-00	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	19/02/2016	N: 10012256820168260037	N: 00102030002382016
Nicolas Martins Carvalho	13	CPF:442.571.368-04	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/04/2019	N: 10000382720198260067	N: 8294852019
Vitor Gabriel Stuchi	13	CPF:472.452.918-02	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	11/09/2018	N: 10024053620188260236	N: 00102030011582018
Wendell Anselmo Prado	27	CPF:417.366.208-43	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	16/05/2011	N: 4272011	N: 001020300039111

Filtros Utilizados

Data Início - 01/01/2000

Data Fim - 24/07/2024

Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000

Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024

Status do Item - Ativo

Item - 1N00749/07/12378/01/00 - metilfenidato / 54 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA

Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara

Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara

Tipo de Demanda - Judicial

Autonomia: 0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 4

Data de impressão: 24/07/2024 16:17:03

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Henrique Galatti Guerra	17	RG:297820898	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/05/2013	N: 00135616320128260619	N: 00102030000302013
Otavio Viana de Souza	9	CPF:489.836.008-45	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	24/11/2023	N: 10025602120238260347	N: 02400161536202318
Pedro Gabriel Cavalcante Farias Barcellos	10	CPF:477.374.718-80	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	14/12/2022	N: 10152109420228260037	N: 202297439
Regina Célia Tusillo	76	CNS:898001001679751	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	27/11/2012	N: 78902012	N: 00102030015682012

Filtros Utilizados
Data Início - 01/01/2000
Data Fim - 24/07/2024
Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000
Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024
Status do Item - Ativo
Item - 1N00749/07/12377/01/00 - metilfenidato / 18 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA / SEM MARCA
Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara
Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara
Tipo de Demanda - Judicial
Autonomia: 0,00

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENAÇÃO DE DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES

LISTAGEM DE AUTORES POR ITENS



Total de Registros: 9

Data de impressão: 24/07/2024 16:19:11

Autor	Idade	Documento	UD	UO	Demanda	Qtde. Solic.	Status Item	Cadastro	Processo	Protocolo
Arthur Gabriel Silva	15	CNS:898003903141781	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	28/11/2019	N: 10118722020198260037	N: 201907567
Davi Araujo Sousa	16	CPF:477.786.628-92	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	16/11/2023	N: 15167522120238260566	N: 02400159454202311
Elisa Miranda Palma	7	CPF:516.678.058-27	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	20/05/2024	N: 10017362820248260347	N: 02400079512202405
Gabriel Henrique Veronezi Runho	14	CPF:471.525.038-18	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	06/10/2017	N: 10124002520178260037	N: 00102030013832017
Itamar Aguiar Tavares da Paz	45	CPF:278.429.768-30	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	07/07/2023	N: 10059159620238260037	N: 02400037936202311
Maria Eduarda Maximo Silveira	13	CPF:517.037.478-01	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	23/05/2018	N: 10037071820188260037	N: 00102030006142018
Nicolas Oliveira Goulart	12	CPF:501.981.268-40	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	28/02/2024	N: 10174745020238260037	N: 02400012765202491
Suellen Laureano dos Santos	15	CPF:538.371.208-99	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	24/10/2022	N: 10111642720228260566	N: 202282312
Zoeh Narrimam Leite do Carmo	10	CPF:490.882.398-78	UD 03 - Araraquara	DRS 03 - Araraquara	Judicial	30	Ativo	17/04/2024	N: 10011846320248260347	N: 02400062351202411

Filtros Utilizados

Data Início - 01/01/2000

Data Fim - 24/07/2024

Data Início de inclusão na OD - 01/01/2000

Data Fim de inclusão na OD - 24/07/2024

Status do Item - Ativo

Item - 1N00749/06/10110/01/00 - metilfenidato / 36 mg - comprimido revestido de liberação prolongada / COMPRIMIDO / SEM MARCA

Unidade Organizacional - DRS 03 - Araraquara

Unidade(s) Dispensadora(s) - UD 03 - Araraquara

Tipo de Demanda - Judicial

Autonomia: 0,00

**Anexo III - ANEXO II - Resolucao SS-65 DE 01-04-2024.
pdf**

Nº 62 - DOE – 02/04/2024

SECRETARIA DA SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

RESOLVE:

I . DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II.1 – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II.2 – Da Multa

Artigo 5º - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§2º- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “**caput**” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II.4 – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “**caput**” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do **caput** do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “**caput**” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º – Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Artigo 17 – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, **quando a medida se revelar de interesse público**, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 33 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

Anexo IV - ANEXO III - PLANILHA DE PROPOSTA.pdf

ANEXO III**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****1. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE:**

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CÓDIGO SIAFISICO	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	METILFENIDATO, CLORIDRATO 54MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	1883917	308225	Unidade	990		
2	METILFENIDATO, CLORIDRATO 18MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	1883895	308224	Unidade	360		
3	METILFENIDATO, CLORIDRATO 36MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA/COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERACAO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL, – CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS.	1883909	308226	Unidade	810		

2. PRAZO DE ENTREGA

A entrega dos bens deverá ser realizada de forma integral, em **até 15 (quinze) dias corridos**, a contar da data do recebimento da nota de empenho.

3. LOCAL DE ENTREGA

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Departamento Regional de Saúde DRS III - Araraquara, localizado na Avenida Espanha, nº 188 - 3º andar - Centro - CEP: 14.801 130, telefone: (16) 3301-1874, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 16:00 horas - Setor de Suprimento

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) Os produtos deverão ser entregues acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial, que comprove a identidade e qualidade de cada lote, expedido pela própria contratada, desde que seja a empresa produtora, titular do registro na ANVISA. Tratando-se de empresa distribuidora ou importadora, deverá apresentar o referido laudo analítico laboratorial, expedido pelo detentor do registro na ANVISA;
- b) Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, entendendo-se como tal aquelas que acondicionam devidamente o produto em frascos de vidro ou plástico, fitas aluminizadas, blister, envelopes ou outros acondicionamentos similares, que correspondam efetivamente à apresentação do produto registrado no Ministério da Saúde;
- c) Os medicamentos deverão em cumprimento ao disposto na Resolução SS – 300, de 17/05/94, conter em suas embalagens, de forma visível, os seguintes dizeres: “PRODUTO DESTINADO ÀS ENTIDADES PÚBLICAS. PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO”, bem como estar acompanhados de bula e referência ao número do lote. Deverão ainda, em cumprimento à legislação sanitária, estar de acordo com o disposto na Resolução RDC, nº 71/2009, de 22/12/2009, que estabelece regras para a rotulagem de medicamentos.

5. OUTRAS CONDIÇÕES:

- a) Por se tratar de aquisição de medicamentos para atendimento de Ação(ões) Judicial(ais), deverá ser aplicado o Coeficiente de Adequação de Preços – **CAP de 21,53%** sobre o Preço Fábrica– PF, resultando no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG, conforme a Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 12/03/2007, a Resolução CMED nº 3, de 02 de março de 2011, publicada no DOU de 09 de março de 2011 e a Resolução CMED nº 5, de 21 de dezembro de 2020, publicado no D.O.U de 23 de dezembro de 2020.
- b) Prazo de validade da proposta: **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- c) Prazo de validade dos medicamentos a partir da entrega: **no mínimo 12 meses**.

Anexo V - ANEXO IV - MODELO DE DECLARACAO.pdf

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data). _____

(Nome/assinatura do representante legal)